



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 30/XII/1.ª SL

Aos 2 dias do mês de Novembro de 2011, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

15:00

- 1. Distribuição de Iniciativas Legislativas;**
- 2. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 22/XII/1.ª (GOV) - "Aprova a Lei da Arbitragem Voluntária";**
- 3. Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório do Governo "Portugal na União Europeia - 2010"
Relator - Deputado João Lobo (PSD);**
- 4. Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:
Petição n.º 168/XI/2.ª, subscrita por João Miguel Fernandes Rebelo que "Solicita a alteração do Estatuto da Ordem dos Advogados no que concerne a liberdade de expressão e de informação dos advogados"
Relator - Deputado António Filipe (PCP);
Petição n.º 34/XII/1.ª, subscrita por João Miguel Fernandes Rebelo, que "Solicita que se reflecta sobre a utilidade da Provedoria de Justiça e consequentemente se pondere a sua extinção"
Relatora: Deputada Andreia Neto (PSD);**
- 5. Apreciação e votação de relatórios de iniciativas europeias, designadamente:
- COM(2011)327 - LIVRO VERDE - Reforçar a confiança mútua no espaço judiciário europeu - Livro Verde sobre a aplicação da legislação penal na UE no domínio da detenção
Relator - Deputado José Luís Ferreira (PEV);
- COM(2011)319 Final - Proposta de alteração da Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a procedimentos comuns de concessão e retirada do estatuto de protecção Internacional (Reformulação)
Relator - Deputado João Lobo (PSD);**
- 6. Apreciação e votação das Actas das reuniões n.ºs 16 a 29 (correspondendo às reuniões de 27 de Setembro a 26 de Outubro de 2011);**
- 7. Outros Assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão (PSD), foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 30/XII/1.ª SL

N.º da iniciativa	Título da iniciativa	Deputado relator
PJL 94/XII/1.ª (PCP)	Regula o direito de Associação na Guarda Nacional Republicana	Luís Pita Ameixa (PS)
PPL 29/XII/1.ª (GOV)	Procede à sexta alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro.	João Oliveira (PCP)

Passando ao segundo ponto da ordem do dia, procedeu-se à discussão e votação na especialidade da PPL n.º 22/XII/1.ª (GOV) - "Aprova a Lei da Arbitragem Voluntária".

Apresentaram propostas de alteração, durante a discussão e votação, os Grupos Parlamentares do PS, do BE e do PCP.

Intervieram na discussão os Senhores Deputados Jorge Lacão (PS), Filipe Neto Brandão (PS), João Oliveira (PCP), Teresa Leal Coelho (PSD), Teresa Anjinho (CDS-PP), Cecília Honório (BE) e Hugo Velosa (PSD), que apreciaram e debateram as propostas de alteração apresentadas e as soluções da Proposta de Lei nos seguintes termos:

ARTIGOS PREAMBULARES:

- ❖ **ARTIGO 1.º** – *Objecto - **aprovado**, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e do PEV e a abstenção do BE;*
- ❖ **ARTIGO 2.º** – *Alteração ao Código do Processo Civil - **aprovado**, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e do PEV e a abstenção do BE;*
- ❖ **ARTIGO 3.º** - *Remissões - **aprovado**, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e do PEV e a abstenção do BE;*
- ❖ **ARTIGO 4.º** - *Disposição transitória - **aprovado**, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e do PEV e a abstenção do BE;*



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 30/XII/1.^a SL

- ❖ **ARTIGO 5.º** - *Norma revogatória - **aprovado**, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e do PEV e a abstenção do BE;*
- ❖ **ARTIGO 6.º** - *Entrada em vigor - **aprovado**, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e do PEV e a abstenção do BE;*

ANEXO:

- ❖ **Artigo 1.º**
 - **n.º 1 - na redacção da proposta de substituição apresentada pelo GP do PCP - rejeitado**, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP, do BE e do PEV e a abstenção do PS.

Apresentando as propostas apresentadas pelo seu Grupo Parlamentar, o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) considerou que os limites por estas introduzidos no regime jurídico em discussão se impõem, tanto em razão da matéria como pelas consequências que para a sociedade podem decorrer das decisões de certos litígios. O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) afirmou que estas propostas merecem a oposição do seu Grupo Parlamentar, que pretende aprovar um regime de arbitragem voluntária sem imposições externas.

- **n.º 1 - na redacção da Proposta de Lei - aprovado**, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP, do BE e do PEV e a abstenção do PS;
- **n.º 2 - na redacção da proposta de substituição apresentada pelo GP do PS - rejeitado**, com votos contra do PSD e do CDS-P e votos a favor do PS, do PCP, do BE e do PEV;

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) apresentou a proposta, explicando que visava clarificar que o critério deverá ser o da disponibilidade dos direitos controvertidos. A Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP) considerou a proposta redundante, uma vez que o critério da transacção é o da própria disponibilidade dos direitos em causa, tal como dispõe o Código Civil.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) disse que o seu Grupo Parlamentar acompanharia a proposta do PS.

- **n.º 2 - na redacção da Proposta de Lei - aprovado**, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP, do BE e do PEV e a

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 30/XII/1.^a SL

abstenção do PS;

- **Remanescente - na redacção da Proposta de Lei - aprovado**, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP, do BE e do PEV e a abstenção do PS;
- **N.ºs 6 a 8 – na redacção da proposta de aditamento apresentada pelo GP do PCP - rejeitado**, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP, do BE e do PEV e a abstenção do PS;

❖ **Artigo 9.º**

- **n.º 4 - na redacção da proposta de substituição apresentada pelo GP do PS - rejeitado**, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e do PEV;
- **n.º 4 - na redacção da Proposta de Lei - aprovado**, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e do PEV;
- **n.º 5 - na redacção da proposta de eliminação apresentada pelo GP do PS - - rejeitado**, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS, do PCP, do BE e do PEV;
- **Remanescente - na redacção da Proposta de Lei - aprovado**, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e do PEV;

Os Senhores Deputados Filipe Neto Brandão e Jorge Lacão (PS) apresentaram as propostas de substituição do n.º 4 do artigo e de eliminação do n.º 5, fazendo apelo à inadequação de os árbitros terem um estatuto mais blindado que os magistrados judiciais, designadamente com limitação da sua responsabilidade em relação aos terceiros prejudicados, que os não poderiam demandar. Consideraram que o n.º 5 constitui uma incongruência técnica, que limita a responsabilidade extracontratual dos árbitros. O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) citou ainda opiniões doutrinárias que, na sua opinião, sustentam as propostas apresentadas pelo seu Grupo Parlamentar, afirmando que aprovar um regime de responsabilização dos árbitros mais “blindado” do que aquele que existe para titulares de órgãos de soberania (como os juízes) é algo que o seu Grupo Parlamentar não pode acompanhar. Por fim, declarou que o Partido Socialista estaria disponível para votar a



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 30/XII/1.^a SL

favor se da lei a aprovar constasse um regime de responsabilidade dos árbitros idêntico ao dos magistrados judiciais.

As Senhoras Deputadas Teresa Anjinho (CDS/PP) e Teresa Leal Coelho (PSD) explicaram que a protecção dos terceiros existirá sempre, muito embora esteja excluída a responsabilidade civil extracontratual dos árbitros, por, na arbitragem, vigorar o princípio da autonomia das partes. Explicaram que a Proposta de Lei visava aproximar a arbitragem do paradigma europeu, sendo certo que a natureza da arbitragem é diferente da função jurisdicional, o que justifica que se distancie o estatuto dos magistrados do dos árbitros e que as garantias de exercício da função sejam flexibilizadas. Consideraram que o n.º 4 da Proposta de Lei era necessário por fazer uma remissão substantiva (para o artigo 13.º da Lei n.º 67/2007), a qual o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) contestou, recordando que a arbitragem permite uma decisão baseada na equidade e lembrando que a responsabilidade dos magistrados nunca é directa, mas opera por via do direito de regresso que pode ser exercido por decisão do Conselho Superior da Magistratura, pelo que a norma consagra uma falsa equiparação. A Senhora Deputada Teresa Leal Coelho (PSD) afirmou ainda que, apesar de compreender o propósito das propostas apresentadas pelo PS, a intenção subjacente à iniciativa legislativa é a de manter a natureza diferenciada entre a arbitragem e a magistratura judicial, indo, assim, ao encontro da proposta apresentada pela UNCITRAL. Concluiu, considerando que a responsabilidade dos juízes é sempre mais ampla do que a dos árbitros e que a aprovação da proposta apresentada pelo PS poderia pôr em causa o objectivo de, com esta lei, atrair a resolução de processos de arbitragem internacionais

O Senhor Deputado João Oliveira (PCP) disse compreender as alterações propostas pelo GP do PS, atentas as dúvidas legítimas suscitadas no parecer do Conselho Superior da Magistratura sobre a Proposta de Lei em apreço. Chamou ainda a atenção para o que considera ser a gravidade dos argumentos aduzidos pelo PSD, que quer atrair para Portugal processos de arbitragem através da responsabilização dos magistrados e da irresponsabilidade dos árbitros.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE), concordando com a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, constatou que há diferenças substantivas entre o texto da Proposta de Lei em apreço e a proposta da UNCITRAL, facto que deveria ser



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 30/XII/1.^a SL

assumido.

O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) afirmou que leu o texto constante da Proposta de Lei e não compreendeu o que sustenta as reservas e os argumentos dos Senhores Deputados Jorge Lacão (PS) e Filipe Neto Brandão (PS).

❖ Artigo 17.º

- ***n.ºs 3 e 4 - na redacção das propostas de substituição e de aditamento apresentadas pelo GP do BE - rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP, do BE e do PEV e a abstenção do PS;***

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) justificou as propostas apresentadas pelo seu Grupo Parlamentar para este artigo e para o artigo 30.º, considerando que, se por um lado se deveria estabelecer um tecto para os honorários dos árbitros, por outro, seria necessário balizar a previsão genérica do n.º 4 do artigo 30.º, fazendo-a obedecer aos princípios imperativos da ordem jurídica portuguesa, nomeadamente no que à admissibilidade de provas respeita.

O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) considerou, em ambos os casos, que as propostas apresentadas pelo BE contrariam o objectivo da lei a aprovar, que é o de afastar a intervenção do Estado nos processos de arbitragem.

- ***n.º 3 - na redacção da Proposta de Lei - aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PEV e a abstenção do PCP e do BE;***
- ***Remanescente - na redacção da Proposta de Lei - aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PEV e a abstenção do PCP e do BE;***

❖ Artigo 20.º

- ***Alínea b) do n.º 2 - na redacção da proposta de substituição apresentada pelo GP do PS - rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS e a abstenção do PCP, do BE e do PEV;***
- ***Alínea b) do n.º 2 - na redacção da Proposta de Lei - aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e a abstenção do PS, do PCP, do***



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 30/XII/1.ª SL

BE e do PEV;

- **Remanescente - na redacção da Proposta de Lei - aprovado**, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e a abstenção do PS, do PCP, do BE e do PEV;

❖ Artigo 30.º

- **n.º 5 - na redacção da proposta de aditamento apresentadas pelo GP do BE - rejeitado**, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP, do BE e do PEV e a abstenção do PS;
- **na redacção da Proposta de Lei - aprovado**, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e a abstenção do PS, do PCP, do BE e do PEV;

❖ Artigo 39.º

- **na redacção da Proposta de Lei - aprovado**, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e a abstenção do PS, do PCP, do BE e do PEV;

❖ Artigo 46.º

- **na redacção da Proposta de Lei - aprovado**, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e a abstenção do PS, do PCP, do BE e do PEV;

- ❖ **Remanescente articulado (artigos 2.º a 8.º, 10.º a 16.º, 18.º e 19.º, 21.º a 29.º, 31.º a 38.º, 40.º a 45.º e 47.º a 62.º) - aprovados**, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e do PEV e a abstenção do BE.

Passando ao ponto seguinte da ordem do dia, o Senhor Deputado João Lobo (PSD) apresentou o parecer sobre o relatório “Portugal na União Europeia – 2010”, que foi aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e do PEV e a abstenção do BE.

Em relação ao quarto ponto, interveio, antes de mais, o Senhor Deputado António Filipe (PCP), que apresentou o relatório final da Petição n.º 168/XI/2.ª, subscrita por João Miguel Fernandes Rebelo, que "*Solicita a alteração do Estatuto da Ordem dos*



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 30/XII/1.^a SL

Advogados no que concerne a liberdade de expressão e de informação dos advogados", documento que foi aprovado por unanimidade.

Ainda neste ponto, a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD) apresentou o relatório final da Petição n.º 34/XII/1.^a, subscrita por João Miguel Fernandes Rebelo, que "*Solicita que se reflecta sobre a utilidade da Provedoria de Justiça e consequentemente se pondere a sua extinção*", documento que foi também aprovado por unanimidade.

Passando ao quinto ponto da ordem do dia, usou da palavra o Senhor Deputado José Luís Ferreira (PEV), que apresentou o relatório sobre a COM (2011) 327 - LIVRO VERDE – "*Reforçar a confiança mútua no espaço judiciário europeu - Livro Verde sobre a aplicação da legislação penal na UE no domínio da detenção*".

Sobre este tema, interveio o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD), ao qual o autor do documento respondeu.

No final, o relatório foi aprovado, com votos a favor do PCP, do BE e do PEV e abstenções do PSD, do PS e do CDS-PP.

Ainda neste ponto, o Senhor Deputado João Lobo (PSD) apresentou o relatório da COM (2011) 319 Final - Proposta de alteração da Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a procedimentos comuns de concessão e retirada do estatuto de protecção Internacional (Reformulação), sobre a qual se pronunciou a Senhora Deputada Cecília Honório (BE).

Depois da resposta do autor do relatório, este foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PEV e abstenções do PCP e do BE.

Finalmente, as actas das reuniões n.ºs 16 a 29 (correspondendo às reuniões de 27 de Setembro a 26 de Outubro de 2011) foram aprovadas por unanimidade.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 30/XII/1.ª SL

Nada mais havendo a tratar, a reunião (que foi gravada em [áudio](#)) foi encerrada às 17:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 de Novembro de 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 7-12-2011



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ACTA NÚMERO 30/XII/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carla Rodrigues
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Oliveira
Jorge Lação
José Luís Ferreira
Luís Pita Ameixa
Manuel Meirinho Martins
Maria Paula Cardoso
Paulo Simões Ribeiro
Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
António Filipe
Elza Pais
João Lobo
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: